

CPI do Banestado decide hoje se convoca Maluf

A CPI mista do Banestado vota hoje requerimento de Serys Slhessarenko que convoca Paulo Maluf para depor. Documentos liberados pela Suíça indicam que o ex-governador de São Paulo manteve contas milionárias naquele país. A CPI investiga a evasão ilegal de divisas por contas CC-5.

Página 3

Ciro fala sobre recriação da Sudene e da Sudam

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, será ouvido hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ele deverá explicar a estratégia do governo para aprovar os projetos que recriam a Sudene e a Sudam. A convocação do ministro foi solicitada por César Borges.

Página 3

Projeto de Magno Malta proíbe bingo e caça-níqueis

Magno Malta apresentou projeto que proíbe os jogos de bingo e as máquinas caça-níqueis. Para o senador, o jogo é "um problema de polícia e de saúde pública". A exploração de bingos, afirmou, "sempre esteve fortemente associada a ilícitos penais, como sonegação e lavagem de dinheiro".

Página 3

Congresso abre debates sobre aumento do salário mínimo



REAJUSTE Parlamentares da comissão iniciam hoje exame de propostas para o mínimo

José Cruz

■ Comissão mista realiza hoje e amanhã audiências sobre proposta de salário de R\$ 260

A comissão que analisa a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 debate hoje a proposta com quatro convidados. Amanhã, serão ouvidos os ministros da Previdência Social, Amir Lando, e do Planejamento, Guido Mantega.

Página 5

As maiores vítimas da violência

A violência no Brasil atinge, principalmente, os jovens do sexo masculino (15 a 24 anos). Nesta faixa, o número de assassinatos por armas de fogo, por exemplo, aumentou 95% entre os Censos 1991 e 2000. Veja os cinco estados onde os jovens são as maiores vítimas da criminalidade urbana.

Estado	Proporção de assassinatos*
Rio de Janeiro	181,6
Pernambuco	179,5
Espírito Santo	121,7
São Paulo	114,6
Distrito Federal	112,7

Fonte: IBGE * Por grupo de 100 mil habitantes

Projeto permite Forças Armadas no combate ao crime

Página 3

Senadores condenam acusação de jornal a Lula

Matéria do *The New York Times* afirmando que hábito de beber do presidente teria se tornado preocupação nacional recebe críticas de diversos senadores em Plenário.

Página 8



Roosevelt Pinheiro



Gerardo Magalhães



Gerardo Magalhães

IMAGEM O presidente do Senado, José Sarney, e os líderes Ideli Salvatti e Arthur Virgílio repudiam reportagem do jornal norte-americano



ABRANGÊNCIA Romero Jucá lembra que Comara atua em toda a região amazônica

Jucá destaca importância de comissão de aeroportos

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou a importância da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), subordinada ao Comando da Aeronáutica e criada para planejar, conservar e equipar os aeroportos da Amazônia. Com sede em Belém (PA), a comissão atua em todo o território amazônico e gera aproximadamente mil empregos qualificados, "orientados para uma administração moderna, com ênfase no planejamento administrativo, logístico e de engenharia", frisou Romero Jucá.

Entre as informações divulgadas pela organização, Jucá registrou a construção e recuperação de mais de 150 pistas, além da viabilização de mais de 70 obras de reformas de instalações aeroportuárias e vias públicas, feitas em quase meio século de atividades. Ele destacou ainda a atuação da Comara no meio aquático, no auxílio e no fornecimento de transporte fluvial e a reforma do prédio da Administração do Destacamento da Comara em Manaus.

Agenda



Os 95 anos da primeira universidade brasileira

A Hora do Expediente da sessão de hoje, às 14h30, faz homenagem aos 95 anos de criação da primeira universidade do Brasil, em Manaus, hoje Universidade Federal do Amazonas. Deve ser votado ainda projeto (PLV

26/04) originado de medida provisória que cria a carreira de perícia médica da Previdência Social e trata da remuneração da carreira de supervisor médico pericial do quadro de pessoal do INSS.

Sarney lança livro *Crônicas do Brasil Contemporâneo*

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 12h, o embaixador Mauro Vieira e, às 12h30, a atriz Tônia Carrero. A partir das 15h30 Sarney preside a ordem do dia, no Plenário da Casa.

Às 19h30, o presidente do Senado lançará livro de sua autoria intitulado *Crônicas do Brasil Contemporâneo*, na Livraria da Travessa, no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília.

CAE discute reativação da Sudam e da Sudene

A reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será dividida em duas partes. Na primeira, às 9h30, os senadores votam a indicação de Marcelo Trindade para o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na segunda parte, às 10h, a CAE ouve o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre a demora na recriação da Sudam e da Sudene.



Comissão do Salário Mínimo realiza audiência pública

A comissão mista que examina a proposta de salário mínimo (MP 182/04) realiza hoje, às 10h, audiência pública com a

presença de Márcio Pochmam, secretário municipal do Trabalho de São Paulo; de Marcelo Néri, consultor da Fundação Getúlio

Vargas; de João Lima, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; e do economista Raul Velloso.



Coordenador da Funai em Rondônia depõe hoje

Às 17h, a comissão externa que trata das questões fundiárias em Roraima e Mato Grosso do Sul ouve o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Rondônia, Walter Bloss. Às 14h30, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) discute avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pelo órgão em instituições públicas e requerimentos solicitando audiências públicas.

Nome de aeroporto

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã, às 11h, projeto (PLC 3/04) que dá o nome do professor Ernesto Stumpf ao aeroporto de São José dos Campos (SP). Além disso, serão discutidos requerimentos solicitando a extinção da Subcomissão de Rádio e TV e a sua substituição pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Indicações para o Dnit

Às 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina indicações de Alexandre Silveira de Oliveira e Hideraldo Luiz Caron para exercerem, respectivamente, o cargo de diretor-geral e diretor do Dnit. No mesmo horário, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza reunião administrativa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Conselho de arquitetura em debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoverá amanhã, às 10h, audiência pública sobre o Projeto de Lei 347/03, do senador José Sarney (PMDB-AP), que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo. A proposta estabelece ainda a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Arquitetura e Urbanismo, como novos órgãos de fiscalização profissional do setor.

Entre os convidados para a audiência estão o ex-governador do Paraná, arquiteto Jaime Lerner, e o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Wilson Lang. Também serão ouvidos o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro; o presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, Eduardo Bimbi; e o presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, Antônio de Pádua Angelim.

Segundo o autor do requerimento de realização da audiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a possibilidade de criação do conselho é uma "questão recorrente" no Congresso. Os argumentos contrários e favoráveis ao projeto, de acordo com Azeredo, "devem ser debatidos com os legítimos representantes das profissões envolvidas".

Orçamento examina relatório do TCU

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 14h30, para, entre outros assuntos, examinar os relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras irregulares. Nesta semana, os partidos deverão indicar os parlamentares que irão compor a comissão até março do ano que vem. O novo presidente será o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), já indicado pelo seu partido. O relator deverá ser um senador do PMDB, ainda não indicado.

A Comissão Mista de Orçamento deverá examinar até o mês de junho a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. A LDO define os parâmetros e prioridades para o Orçamento do ano seguinte.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Forças Armadas no combate ao crime

■ Se a pauta for liberada, senadores poderão examinar cooperação de militares na luta contra o tráfico

O Plenário poderá votar hoje, a partir das 14h30, se a pauta for destrancada, projeto de lei do Senado que prevê a possibilidade de a Marinha, o Exército e a Aeronáutica cooperarem na repressão ao crime organizado ou exercerem a coordenação operacional, quando for conveniente ou necessário, das ações de combate ao tráfico de entorpecentes e de armas por mar, terra ou ar.

De autoria do senador César Borges (PFL-BA), o projeto tra-

mita em regime de urgência e sua votação depende da leitura, em Plenário, dos pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A matéria poderá ser examinada se, antes, o Plenário votar projeto de lei de conversão (PLV) proveniente da medida provisória que cria a carreira de perícia médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da carreira de supervisor médico-pericial do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Esse PLV está trancando a pauta.

Também está na ordem do dia da sessão de hoje o projeto de lei da Câmara que obriga as



COORDENAÇÃO Projeto de César Borges pede que militares assumam operações especiais

escolas do ensino médio a oferecerem o ensino da língua espanhola. A matrícula, entretanto, é facultativa para o aluno. A adoção do ensino do espanhol nos currículos plenos do ensi-

no médio será feita gradativamente, devendo estar concluída no prazo de cinco anos a partir da sanção da lei. O projeto faculta a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e estabelece que os sistemas públicos de ensino instituirão centros de ensino de língua estrangeira.

Na mesma sessão, os senadores poderão votar o projeto de lei, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que proíbe a instalação de estabelecimentos prisionais federais de segurança máxima em conglomerados urbanos cuja população seja superior a 50 mil habitantes.

Outra proposição em pauta é o projeto de lei complementar

da Câmara que inclui, entre os municípios beneficiários da Reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os integrantes de regiões metropolitanas que tenham população igual ou superior a 129.049 habitantes.

Ainda hoje, o Plenário poderá votar, entre outras matérias, quatro projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais.

A primeira parte da sessão (Hora do Expediente) será destinada a homenagear o 95º aniversário de criação da primeira universidade do Brasil, em Manaus, hoje Universidade Federal do Amazonas. Está inscrito para falar na homenagem o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Senadores e deputados debatem o envio de tropas brasileiras ao Haiti

O envio de tropas brasileiras ao Haiti, no âmbito de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) destinada a garantir a estabilidade do país após a deposição do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, será debatido amanhã, a partir das 10h, em audiência pública promovida conjuntamente pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado e da Câmara dos Deputados.

Estarão presentes à audiência o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o ministro da Defesa, José Viegas Filho. Na primeira parte da reunião, prevista para ter início às 9h30, os integrantes da CRE do



REENGENHARIA Agripino sugere mudanças no processo de gestão nas Forças Armadas

Senado discutirão com Viegas, atendendo a requerimento apresentado pelo senador José Agripino (PFL-RN), a assinatura de um contrato entre a pasta e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para promover a "reengenharia do processo de gestão

nas Forças Armadas".

Embaixadores

Na quinta-feira, três mensagens de indicações de embaixadores serão analisadas pela CRE do Senado.

A primeira indica o atual embaixador do Zimbábue, George Ney de Souza Fernandes, para exercer cumulativamente o cargo na República do Malauí. A segunda mensagem propõe o nome da ministra Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para o cargo de embaixadora na Santa Sé. A terceira indica o embaixador na Áustria, Celso Marcos Vieira de Souza, para ocupar cumulativamente o cargo nas Repúblicas da Eslováquia, Eslovênia e Croácia.

Magno Malta apresenta projeto que proíbe bingo

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou ontem projeto estabelecendo a proibição de todas as modalidades de jogos de bingo e nas máquinas eletrônicas ou mecânicas conhecidas como caça-níqueis. Para o parlamentar capixaba, o jogo é "um problema de polícia e de saúde pública", uma vez que há ligação entre esse setor de diversões e o crime organizado, além de a atividade levar à dependência em grande escala.

"Desde que a Lei Zico passou a autorizar a exploração dos jo-

gos de bingo, essa atividade sempre esteve fortemente associada a ilícitos penais, tais como sonegação fiscal e lavagem de dinheiro", afirma Malta na justificativa do projeto.

A apresentação do projeto ocorre depois de o Senado rejeitar os pressupostos de urgência e relevância de medida provisória (MP) baixada pelo governo justamente para proibir os bingos e as máquinas caça-níqueis.

O senador do PL, que presidiu a Comissão Parlamentar de



CRIME Magno Malta afirma que jogo é problema de polícia e de saúde pública

Inquérito do Crime Organizado quando deputado, votou a favor da MP.

Na justificativa da proposta, ele afirma que está reapresentando a matéria, por meio de projeto de lei.

CPI do Banestado pode convocar Paulo Maluf

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado realiza reunião administrativa hoje, às 11h. Entre os assuntos em pauta estão vários requerimentos, um deles de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que quer a convocação de Paulo Salim Maluf, ex-governador de São Paulo, para depor na CPI. Documentos liberados recentemente por autoridades da Suíça confirmam que Maluf manteve contas milionárias naquele país quando era prefeito da cidade de São Paulo.

Na semana passada, a CPI do Banestado, que investiga a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC-5, ouviu outro ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, também acusado de manter contas milionárias no exterior. Celso Pitta chegou a ser detido depois de



CONVOCAÇÃO Antero preside reunião da CPI que vai decidir se convoca ex-governador

desacatar, durante seu depoimento, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

A Operação Macuco, da Polícia Federal, que motivou a instalação da CPI, investigou a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC-5 entre 1996 e 1999. De acordo com os dados da Polícia Federal, mais de US\$ 30 bilhões foram desviados do Brasil.

CAE ouve Ciro Gomes e depois sabatina indicado para a CVM

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai reunir-se extraordinariamente hoje para ouvir, em audiência pública, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que irá explicar a estratégia do governo para aprovar a recriação das superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Antes, porém, a partir das 9h30, a CAE estará reunida para sabatar o indicado pelo governo para presidir a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Fernandez Trindade. O mandato de Trindade, se aprovado pelo Senado, irá até 2007. O relator é o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e a votação será secreta.

Augusto critica reserva indígena em área contínua

Ao lembrar a grande repercussão dos problemas causados pela anunciada homologação da Área Indígena Raposa/Serra do Sol, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu maior fiscalização das atividades das organizações não-governamentais



SEM CONTROLE Atuação de ONGs também foi condenada por Augusto

(ONGs) internacionais pelo governo federal nos assuntos relativos à demarcação de terras indígenas. Ele ressaltou que por trás dessa ação estão os interesses de países ricos que se fazem representar por ONGs, atuando “sob o olhar complacente do governo federal, de maneira desenfreada”.

O parlamentar declarou não ser contra a proteção de terras indígenas, mas observou que a demarcação contínua, anunciada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, significará “um desastroso evento” para os habitantes de Roraima, sobretudo para a economia e as relações sociais na região.

Augusto destacou ainda as principais consequências cau-

sadas pela demarcação contínua. Entre elas estão o desaparecimento dos municípios de Uiramutã e Normandia; a expulsão de produtores de arroz, milho e feijão, há muito estabelecidos na região; e a geração de bolsões de pobreza na capital do estado. Ele alerta

ainda para a união de cinco tribos indígenas numa mesma área geográfica, representando um choque de etnias, a perda da integridade física e da cultura desses índios.

Para o senador, as ONGs internacionais não estão interessadas na preservação da cultura e da tradição indígena, como propagam, mas no rico subsolo sobre o qual as reservas estão assentadas e na biodiversidade brasileira. Portanto, essas organizações “não podem contar mais com os olhares complacentes do governo. Também não podem atuar ao seu bel-prazer, sob pena de a propalada internacionalização da Amazônia ganhar dimensões irreversíveis”, afirmou.

João Ribeiro pede mais apoio para a agricultura

O senador João Ribeiro (PFL-TO) pediu ao governo Luiz Inácio Lula da Silva mais apoio à agricultura, com aumento das verbas para financiamento de plantio e oferta de linha de empréstimo com juros menores. Ele reivindicou mais dinheiro do Banco da Amazônia para a agricultura, “que vem mantendo esse superávit comercial do Brasil”.

Depois de visitar a região de Formoso do Araguaia, no sul do Tocantins, onde há a maior área contínua irrigada do mundo, João Ribeiro disse



AVANÇO João Ribeiro elogia região de Formoso do Araguaia, no Tocantins

que a região está ressurgindo com total força, após uma grave crise na década de 80.

– Quem sobrevive a região de Formoso do Araguaia só pode

sentir orgulho. Milhares e milhares de hectares plantados com soja, no verão, e com arroz e frutas, na época das secas, especialmente melancia. O governo não pode faltar com

seus financiamentos no momento que o homem do campo precisa – frisou.

João Ribeiro informou que os grandes armazéns do município, abandonados por anos a fio, foram recuperados, e hoje estão abarrotados. A cidade promoveu no fim de semana a 14ª Exposição Agropecuária, que teve a presença do governador Marcelo Miranda (PSDB) e de políticos do estado.

Mozarildo cobra regras para atuação das ONGs

■ Senador alerta sobre grande volume de recursos repassados pelo governo a essas organizações

Ao registrar matéria do jornal *O Globo* intitulada “A força das ONGs no governo”, que trata de recursos federais repassados para organizações não-governamentais sem licitações, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu projeto proposto pela CPI das ONGs, da qual foi presidente, que busca regulamentar a atuação desse tipo de instituição.

Segundo o senador, as ONGs estão funcionando no Brasil sem controle de qualquer órgão público federal, estadual ou municipal. Ele informou que, em 2003, o governo repassou R\$ 1,3 bilhão para as ONGs, o equivalente a 41,4% da verba federal transferida de forma voluntária para os 5.560 municípios do país. O valor representa 44,8% do que o governo en-



Gerardo Magela

IRREGULARIDADE Mozarildo resalta que as ONGs atuam sem controle dos órgãos públicos

caminhou para os estados, excluídas as transferências obrigatórias, afirmou.

– Isso é um absurdo! O jornal *O Globo* também publicou quadro que mostra quanto foi transferido para cada ministério. O da Saúde, campeão dos repasses, transferiu para as ONGs R\$ 251,8 milhões. Em segundo lugar ficou o Ministério da Educação, que repassou R\$ 138,4 milhões. Enquanto isso, o governo suspendeu o Programa de Financia-

mento Estudantil (Fies) –disse.

Informando que as transferências de volumosos recursos para essas organizações não começaram no governo Lula, Mozarildo salientou que no último ano da gestão de Fernando Henrique Cardoso as ONGs receberam R\$ 1,4 bilhão, enquanto os recursos enviados para todos os estados chegaram a R\$ 2,4 bilhões. Ele comentou que esse tipo de atitude enfraquece estados e municípios e fortalece as ONGs, muitas delas funcionando de forma irregular.

Em aparte, Papaléo Paes (PMDB-AP) afirmou ter ouvido comentários de que ONGs estariam atuando como arrecadoras de recursos para campanhas eleitorais. Para Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), a Funai age muitas vezes contrariando interesses do Brasil para defender as ONGs. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) opinou que, se o governo federal não investiga, o Congresso deve apurar as denúncias feitas por Mozarildo.

Zambiasi quer tornar FGTS obrigatório para doméstico



Para Zambiasi, medida elimina injustiça

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto (PLS 477/03) para tornar obrigatória a inclusão dos trabalhadores domésticos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O objetivo é eliminar o que, disse, é uma grande injustiça com milhares de empregados domésticos, que atualmente não têm acesso aos

benefícios do fundo. Zambiasi argumenta que o avanço obtido com a Lei 10.208/01, que tornou facultativa a inclusão do empregado doméstico no FGTS, não é suficiente para garantir a isonomia de tratamento a esses trabalhadores. “Mesmo com a atual legislação, ainda temos uma inaceitável discriminação contra a classe”, afirma o senador, lembrando também que, no Brasil, as mulheres formam o maior contingente de empregados domésticos, cujos serviços prestados em milhares de residências possibilitaram sua emancipação econômica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse tipo de trabalhador responde por 7,7% da população ocupada do país. Desses, 74,2% não possuem carteira de trabalho assinada. Para o senador, o critério discriminatório adotado pela legislação é inconstitucional diante dos valores sociais do trabalho ou dos objetivos fundamentais do Estado de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Raupp defende mudança em norma adotada pelo INSS



Regra limita ação de sindicato rural, afirma Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) solicitou ao ministro da Previdência Social, Amir Lando, que reveja a Instrução Normativa INSS/DC/95, editada em 7 de outubro de 2003, que retirou dos sindicatos patronais rurais o direito de fornecer declaração para fins de aposentadoria do trabalhador e do micro e

pequeno produtor. Ele disse que a medida é objeto de protestos das entidades patronais e citou carta que recebeu da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon) reclamando da decisão. Segundo explicou, a instrução estabelece que a Seguridade Social somente aceitará a declaração fornecida pelo sindicato rural patronal quando o proprietário do imóvel rural provar que não tinha empregados ou exercia a atividade em regime de economia familiar. Caso o segurado tenha atuado em vários municípios, detalha Raupp, será obrigado, de acordo com a norma, a solicitar a cada sindicato da área de abrangência do município uma certidão diferente. O senador por Rondônia disse que, enquanto o sistema de sindicatos patronais fornece as certidões gratuitamente, os sindicatos de trabalhadores rurais cobram para emitir esse tipo de documento, descontando da parcela inicial do benefício da aposentadoria o valor cobrado pelo serviço.

Comissão do mínimo realiza audiência hoje

■ Parecer sobre MP deve ficar pronto nesta quinta-feira. Relator pode sugerir reajuste de salário para R\$ 275

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) que elevou o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 faz sua primeira audiência pública hoje, às 10h, com a presença de quatro convidados para falar sobre o tema. Serão ouvidos o secretário municipal do Trabalho de São Paulo, Márcio Pochmann; o consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri; o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas; e o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Lima.

O prazo para que a comissão, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresente seu parecer sobre a MP termina nesta quinta-feira, quando segue para análise do Plenário da Câmara dos Deputados. Por isso, também já está agendada outra reunião para amanhã, às 10h, quando serão ouvidos os ministros Amir Lando, da Previdência Social, e Guido Mantega, do Planejamento. O relator da MP do salário mí-

Base do governo também apresenta emendas à MP

Foram apresentadas, até ontem, cerca de 80 emendas à medida provisória, muitas feitas por líderes, deputados e senadores dos partidos que compõem a base do governo. A comissão mista teve sua composição alterada já no dia seguinte à instalação, na sexta-feira (7), quando a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), decidiu retirar da vice-presidência o senador Paulo Paim (PT-RS), que defende um valor do salário mínimo equivalente a US\$ 100 (cerca de R\$ 300).

Ideli, em nota oficial, alegou que a substituição de Paim fazia parte de uma estratégia conjunta com o líder do PT na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (SP), de nomear para a comissão mista parlamentares "que defendessem a posição do governo". A nomeação dos novos representantes petistas – a própria Ideli e os senadores Tião Viana (AC) e Sibá



OPINIÕES Comissão presidida por Jereissati vai ouvir ministros Amir Lando e Guido Mantega

mo, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), pretende apresentar o parecer ainda na quarta-feira. Ele estuda a possibilidade de apresentar emenda elevando o valor do mínimo para R\$ 275 e incluir um abono, a ser pago apenas em maio, relativo à diferença entre o valor aprovado e o anterior, como forma de compensar a concessão do aumento somente a partir de 1º de maio.

O governo alega que a nova data pretende unificar o reajuste do salário mínimo para trabalhadores em atividade e para os que recebem pensões e aposentadorias. É que o Estatuto do Idoso estabeleceu que, a partir de 2004, os reajustes anuais dos proventos da Previdência Social devem ser todos pagos em 1º de maio.



FONTES Paim afirma que vai ajudar apontando onde governo pode buscar recursos

Machado (AC) – ocorreu após acordo entre a base do governo e a oposição para desobstruir a pauta na Câmara dos Deputados em troca da instalação da comissão.

Fora da comissão, Paim confirmou a posição de votar, no Plenário, contra o projeto que eleva o mínimo para R\$ 260. Ele disse que poderia apontar, durante os debates na comissão, as fontes de recursos para a concessão do reajuste.

Ideli explica em nota por que afastou Paulo Paim

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), emitiu nota à imprensa ontem em que explica os motivos que a levaram a substituir o senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão Mista do Salário Mínimo. Paim ocupava o cargo de vice-presidente no colegiado.

Ideli disse que acordo entre as lideranças partidárias permitiu que fossem feitas novas indicações pelas lideranças do PT no Senado e na Câmara.

"Eu e o líder do PT na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, de comum acordo, fizemos novas indicações, desta vez deliberadas conforme a estratégia definida para o funcionamento da comissão mista. É importante ressaltar que o caráter de tal deliberação não procurou desprestigiar ou inibir a ocupação de cargos pelo senador Paim para a defesa de suas idéias", afirma a senadora catarinense na nota.

Ideli destacou o fato de Paim ter tido um projeto (Estatuto do Idoso) defendido, aprovado e sancionado pelo presidente da República. "Além do mais, Paulo Paim foi um dos senadores que conseguiu espaço junto ao governo para alterar a proposta da reforma da Previdência, já que a regra de transição acabou aceita na PEC paralela e tem, inclusive, grande probabilidade de ser votada na Câmara dos Deputados esta semana", acrescentou a senadora.



ELOGIOS Ideli destaca projetos e trabalhos defendidos por Paim no Senado

Serys diz que defenderá aumento maior do salário

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) assumiu o compromisso de lutar pelo aumento do índice de reajuste do salário mínimo anunciado pelo governo federal. Ela explicou que essa atitude não significa que parlamentares petistas passarão a atacar a estabilidade econômica que o Brasil alcançou, mas visa encontrar uma forma de o aumento do trabalhador ultrapassar os R\$ 20 propostos pelo governo.

– Assumo esta atitude sem medo de parecer que estarei fazendo dobradinha com o PFL, com o PSDB, fazendo coro com a oposição num processo de desestabilização do governo Lula, porque, de fato, o que me inspira neste momento é o compromisso que assumi em campanha eleitoral ao lado do presidente Lula, ao lado deste corajoso companheiro Paulo Paim e de todos os companheiros do PT que fomos à disputa eleitoral justamente para supe-



ESTABILIDADE Serys diz que lutará por aumento que não comprometa economia

rar a herança maldita do PFL e dos tucanos – afirmou Serys.

Na avaliação da senadora por Mato Grosso, Lula se comprometeu a dobrar o valor do salário mínimo nos seus quatro anos de governo, mas também prometeu a estabilidade econômica. Ela afirmou que o que pretende é discutir no Senado se o reajuste do salário mínimo pode ser maior do que o anunciado, sem comprometer a estabilidade do país.

Projeto das farmácias populares vai a votação

A regulamentação das farmácias populares poderá ser votada amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto da Câmara tem parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Se aprovada pelos integrantes da CCJ, a matéria terá que ser votada ainda na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto, as farmácias populares serão franquias de caráter privado concedidas pelo Estado. Os medicamentos a serem vendidos nesses estabelecimentos terão preços tabelados, margem de comercialização preestabelecida e deverão ser, preferencialmente, genéricos. O franqueado deverá arcar com todos os custos para implantação da farmácia popular.

Também na pauta da CCJ, em decisão não terminativa, está o projeto que estabelece condições de assistência em penitenciárias para as mães presas, determinando que seja assegurado o atendimento médico à



FAVORÁVEL Como relator, Antonio Carlos concorda com a regulamentação do projeto

mulher presa e ao recém-nascido.

Estão incluídos também na pauta da comissão dois projetos do senador Paulo Paim (PT-RS) instituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A CCJ poderá votar também na reunião de amanhã o projeto, terminativo na comissão, de autoria do senador César Borges (PFL-BA) mudando a lei eleitoral para assegurar ao candidato eleito acusado de compra de voto a permanência no cargo até que a sentença seja julgada em última instância.

Educação examina autorizações para rádio e TV

Na reunião de amanhã, cujo início está previsto para as 10h, a Comissão de Educação (CE) examinará pauta com 122 itens. Todos são projetos de decretos legislativos que tratam da autorização ou renovação de concessões e permissões para o funcionamento de emissoras de

rádio e televisão.

Como a deliberação sobre os projetos de decreto legislativo é terminativa, ou seja, uma vez aprovados pela comissão só seguem para exame do Plenário se houver solicitação formal para isso de pelo menos nove senadores, a comissão depende, por norma regimental, de des-

trancamento da pauta de votações do Plenário.

Os projetos de decreto legislativo desta semana autorizam o funcionamento de rádios comunitárias e autorizam ou renovam concessões e permissões para a exploração de serviços de rádios AM, FM e OM, e de redes de televisão.



CONDIÇÃO Senadores da Comissão de Educação dependem do destrancamento da pauta para analisar concessões



PREJUÍZO Crivella diz que obrigação atrapalha quem estuda na escola pública

Exigência de línguas em concurso pode ser limitada

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para ser apreciado em decisão terminativa, projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que impede a exigência de conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos exames vestibulares de instituições de ensino superior. A proibição, conforme a proposta, faz exceção aos concursos e provas de seleção de candidatos a cursos, empregos, cargos ou função pública nos quais o conhecimento de língua estrangeira seja indispensável para o ingresso e posterior exercício.

Crivella entende que falar ou escrever ou mesmo entender uma língua estrangeira, para poder habilitar-se a um concurso público ou num vestibular, "é exagero, principalmente quando se tratar daqueles candidatos oriundos da escola pública, em que não se ministra o ensino de outro idioma que não o pátrio".

O senador reconhece que o conhecimento de inglês básico ou espanhol é de fundamental importância para o exercício de muitas profissões, mas que "essa circunstância não deve ser válida para impedir o acesso à universidade ou a emprego ou cargo público".

Eduardo critica medida que suspende crédito educativo

■ "A suspensão é punitiva para os poucos, cerca de 50 mil por ano, que se inscrevem no Fies"

A decisão do Ministério da Educação de suspender as inscrições ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) no primeiro semestre de 2004 motivou ontem protestos em Plenário do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Mesmo que a medida tenha caráter temporário, já que há perspectiva de reabertura das inscrições no próximo semestre, o parlamentar observou que os alunos do ensino superior privado, que dependem da ajuda do governo federal para pagar seus estudos, não podem ficar desassistidos.

— A suspensão é uma medida punitiva para os poucos, cerca de 50 mil por ano, que conseguem se inscrever no Fies — afirmou. Em contato com o Ministério da Educação, a assessoria do senador foi informada de

que a interrupção do programa decorreu do alto grau de inadimplência dos beneficiários. Por ter-se mostrado "inviável", a iniciativa também estaria prestes a ser substituída pelo programa Universidade para Todos, em que a União, em vez de financiar mensalidades, concederia bolsas de estudo a alunos carentes.

Apesar de "louvar" a criação do Universidade para Todos, o senador se mostrou preocupado com a suspensão do Fies por uma iniciativa que ainda nem chegou a constituir projeto de lei do Executivo.

— Trocamos um pouquinho da incerteza e da dificuldade atual do Fies, que é excludente e pouco abrangente, por outro programa ainda em gestação.

Eduardo se disse um "ardoroso defensor" das universidades públicas, mas ponderou que elas continuam a acolher, em sua maioria, estudantes de renda mais alta que cursaram o ensino médio na rede privada. Enquanto o governo federal decide se vai abrir mais vagas nas universidades públicas ou sub-



PREOCUPAÇÃO Eduardo lamenta troca do Fies por um programa ainda em gestação

sidiar alunos carentes no ensino superior particular, o senador apelou para a sensibilidade do ministro da Educação, Tarso Genro, no sentido de não deixar desamparados milhares de universitários com dificuldade para custear seus estudos.

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) endossou a preocupação de Eduardo e fez um apelo ao governo federal para ampliar os investimentos nas universidades públicas.

Sarney lança hoje livro de crônicas

O presidente do Senado, José Sarney, lança, às 19h30 de hoje, na Livraria Travessa, situada no Centro Cultural Banco do Brasil, de Brasília, os volumes 1 e 2 de *Crônicas do Brasil Contemporâneo*, obra que reúne as colunas semanais publicadas por ele em vários jornais brasileiros. O livro contém comentários sobre a história recente do país e análises sobre os últimos fatos que mudaram o mundo.

O primeiro volume contempla o período de 1998 a 2000, analisando fatos como as frequentes tentativas de preservar a moeda nacional, problemas da saúde pública e cartéis far-



HISTÓRIA Volumes contemplam comentários de José Sarney sobre período 1998-2002

macêuticos, entre outros assuntos. O segundo volume compreende o período de 2000

a 2002, abrangendo assuntos como a real função das Forças Armadas e as mudanças de legendas pelos políticos.

Sarney já publicou mais de 40 livros nos gêneros de ficção, poesia e ensaios, destacando-se *Maribondos de Fogo*, *O Dono do Mar* e *Saraminda*. *Crônicas do Brasil Contemporâneo* está sendo lançado pela recém-fundada Editora Girafa. O editor Pedro Paulo Sena Madureira afirmou que um dos próximos lançamentos da editora será o romance *Saraminda*, que inaugurará uma coleção de livros a preços populares, intitulada "Fome de Livro".

Valmir Amaral parabeniza cientista premiada

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou a doutora Lúcia Mendonça Previato, pesquisadora e professora do Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que recebeu o prêmio L'Oreal "Mulheres e Ciência", concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A cientista, contou o senador, foi uma das cinco ganhadoras em todo o mundo, escolhida entre 180 concorrentes.

Valmir Amaral disse que Lúcia Mendonça Previato dedica-se à pesquisa no campo da glicobiologia — que é o estudo dos açúcares complexos que se unem a outras moléculas, como as proteínas. A premiação foi concedida por ela haver decifrado o mecanismo da interação entre o *Trypanosoma cruzi*, que é o protozoário parasita transmissor da doença de Chagas entre humanos, e as células hospedeiras humanas.

A importância da descoberta, destacou o senador, é que a doença de Chagas afeta 18 milhões de pessoas no continente americano, "o que chega a ser alarmante sob o ponto de vista da saúde pública". Lúcia nasceu em Maceió (AL) e sempre se dedicou à vida acadêmica.



DISTINÇÃO Valmir Amaral lembra que brasileira é uma das cinco premiadas pela Unesco

Paulo Octávio destaca vitória de Roriz no TSE

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que absolveu o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia da acusação de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2002 foi destacada, em Plenário, pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). A Corte resolveu não acolher denúncia do Ministério Público Eleitoral por entender, segundo afirmou o parlamentar, que os elementos anexados ao processo não constituíam provas suficientes para a cassação de mandato dos governantes.

– Chega ao fim, portanto, uma longa batalha judicial, que, embora não tivesse interrompido uma série de realizações do governo do Distrito Federal, buscava colocar sob suspeita o processo eleitoral e sua legitimidade, o que agora se verificou ter transcorrido com absoluta normalidade e dentro dos ditames definidos pela lei



ABSOLVIÇÃO Paulo Octávio lembra inexistência de provas contra governador do DF

– disse o senador.

Após registrar sua “satisfação” com a decisão do TSE, Paulo Octávio passou a discorrer sobre as principais realizações, em curso, do governo Roriz. Ele ressaltou iniciativas nas áreas de saúde, como a recuperação de unidades e valorização dos profissionais; de segurança, como a modernização de equipamentos e capacitação de policiais e bombeiros; e desenvolvimento, como a implantação do porto seco e da cidade digital.

Pavan cobra recursos para agricultores do Sul do país

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou ontem o governo federal pela “demora e falta de vontade política” para liberar recursos destinados aos agricultores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul atingidos pela seca. E alertou para as consequências dessa “omissão” sobre os preços.

Segundo o senador, os produtos que deverão sofrer maiores reajustes são o leite e seus derivados, com aumento de 20%, e a carne bovina e os hortigranjeiros, com um aumento de aproximadamente 23%. Cálculos apresentados por Pavan indicam que as perdas do setor agrícola catarinense já alcançam R\$ 807 milhões.

– A chuva que chegou não vai recuperar o que foi perdido.



EFEITO Leonel Pavan alerta para alta dos preços de produtos alimentícios

Pavan referiu-se também à reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre a falta de recursos para as populações atingidas pelas enchentes nos primeiros meses deste ano. Conforme a *Folha*, a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) só atendeu a 6% das vítimas das cheias.

Simon: “Ainda há tempo para Lula mudar política”

■ Senador sugere que o presidente deixe de ouvir apenas seus assessores e dialogue com a sociedade

“Para onde caminhamos? Quais são os nossos objetivos? O Palocci apenas repete a política do ministro Pedro Malan. O governo Lula é confusão permanente, mas ainda há tempo para o presidente Lula mudar sua política.” Com frases como essas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) exortou Lula a deixar de “ouvir apenas os assessores próximos” e a estender “a mão ao diálogo com a sociedade”.

– Caso não faça isso, o presidente se estreita na linha radical do PT. Se Lula fracassar, perdemos o direito de ter esperanças. Se o governo Lula fracassar, não será o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que irá ocupar o seu espaço – disse.



RESPONSABILIDADE “Se Lula fracassar, perdemos o direito de ter esperanças”, afirma Simon

Pedro Simon lembrou a trajetória do PMDB e falou da homenagem que os políticos e intelectuais receberam no último dia 20, em Belo Horizonte, do governador Aécio Neves, nas comemorações dos 20 anos do movimento Diretas Já. O senador foi um dos oradores na cerimônia de inauguração de três estátuas de bronze dos três políticos já falecidos que participaram ativamente do movimento – Ulysses Guimarães,

Tancredo Neves e Teotônio Vilela.

– O PMDB, antes do Diretas Já, era um partido condenado, mas o movimento o ajudou. O povo perguntava que partido era aquele que concordava com colégio eleitoral, com o jogo dos ditadores. O curioso é que o primeiro presidente eleito depois do Diretas Já foi Fernando Collor, que acabou sofrendo *impeachment* do Congresso. Depois, veio Itamar e foi dele o Plano Real. Tivemos então oito anos de Fernando Henrique, e só assim Lula foi eleito. Ele foi o ápice de décadas de luta, mas ainda não disse a que veio – acrescentou.

A seguir, Simon afirmou que o presidente Lula errou em nomear 17 ex-companheiros derrotados nas eleições para o Ministério. Apesar das críticas, Simon manifestou solidariedade a Lula e condenou a reportagem do *The New York Times*, que trata de um suposto uso excessivo de bebidas alcoólicas pelo presidente.

Cristovam condena declaração de Genoio

O presidente do PT, ex-deputado José Genoio (SP), foi aconselhado ontem pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) a tomar pé das atividades dos senadores e a debater com eles os temas importantes para o partido, e não tentar transformá-los em “robôs votantes”.

A crítica foi uma resposta à cobrança feita por Genoio a dois senadores que não compareceram à votação da medida provisória (MP) dos bingos, na semana passada. O presidente do Partido dos Trabalhadores teria dito que, dos quatro senadores ausentes, dois tinham justificativa para faltar; os outros dois, ele não sabia onde estavam. O governo

perdeu a votação por 32 a 31.

Cristovam explicou que deixou de comparecer à sessão por estar em viagem de quatro dias à Alemanha, onde participou de reunião da Unesco, órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ali, informou ele, foi debatido plano anual do Instituto de Educação para diminuir o número de analfabetos no mundo – cerca de 800 milhões, sendo 20 milhões no Brasil.

– Essa declaração é fruto da arrogância. Onde esteve o presidente do PT nos últimos quatro meses? O governo precisa descobrir o Senado e conversar com os senadores em vez de tentar apertar botões para



CRÍTICA Presidente do PT quer transformar senadores em “robôs votantes”, diz Cristovam

que eles votem sim a medidas provisórias – protestou o senador pelo Distrito Federal. Ele lembrou que já cancelou viagens a pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (SP), por ocasião de votações importantes.

Papaléo quer mais campanhas contra câncer de pele

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) avaliou ontem que o aumento da incidência de câncer de pele no país, conforme dados levantados pelo Ministério da Saúde, indica a necessidade de aumentar investimentos federais na realização de campanhas de prevenção desse tipo

de câncer.

A doença, especialmente na forma do *Carcinoma basocelular*, já é a mais freqüente na população brasileira, advertiu Papaléo, que citou a ocorrência de mais de 80 mil casos anuais. Já o segundo tipo, o melanoma, prosseguiu o parlamentar, embora atinja um

número menor de pessoas, é bem mais grave, por sua letalidade. Uma vez ocorrida a metástase, o melanoma é incurável na maioria dos casos.

Papaléo lembra que o Ministério da Saúde, por intermédio do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e de entidades como a Sociedade Brasileira de

Dermatologia (SBD), tem manifestado preocupação com a evolução da doença entre a população e patrocinado campanhas de esclarecimento. Porém, Papaléo observa que, se há aumento nos casos de câncer de pele, é porque as pessoas não têm tomado os cuidados necessários.



RISCOS Aumento de casos da doença demonstra falta de cuidados, adverte Papaléo



SOLUÇÃO Para Alvaro Dias, governo precisa recuperar a eficiência administrativa

Alvaro Dias sugere redução de ministérios

Um choque de credibilidade seguido por uma reforma administrativa que reduza o número de ministérios e de cargos de confiança ocupados por "apaniguados do PT". Essa foi a proposta feita ontem, em Plenário, pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de recuperar a eficiência administrativa do governo e a competitividade internacional.

Ele citou estudo do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão, de Lausanne (Suíça), que coloca o Brasil na 53ª posição, este ano. Na avaliação do instituto, a falta de eficiência da administração pública no país e a estagnação da economia no ano passado são as razões para o desempenho do Brasil, qualificado pelo instituto suíço de "decepcionante".

Segundo Alvaro, o instituto aponta como um dos maiores desafios para o Brasil, em 2004, a necessidade de melhorar a eficiência do governo e a habilidade para governar.

– Não interessa discutir se o presidente Lula gosta de refrigerantes ou de bebidas alcoólicas fortes. O que interessa é constatar que o respeito se foi e o presidente da República serve de inspiração para o anedotário internacional e nacional. A ausência de autoridade leva ao descrédito absoluto. Não queremos que a segunda-feira seja a ressaca do noticiário internacional do final de semana – afirmou.

Mão Santa (PMDB-PI), em aparte, disse que o país se tranquilizou ao ver o Senado impor derrota ao governo, derrubando a MP dos Bingos.

Sarney: matéria do NYT é preconceituosa e inverídica

■ Senador afirma ser justa a reação contra reportagem, porque a própria imagem do Brasil é atingida

O presidente do Senado, José Sarney, considerou inverídica, preconceituosa e perto da difamação a matéria em que o jornal *The New York Times* afirma que hábito de beber do presidente brasileiro teria se tornado preocupação nacional.

– Eu acho que isso é uma coi-

sa grave, porque não é somente o presidente da República quem está em foco. É a imagem do Brasil. Então acho que tem que ter uma reação, como está tendo, de todos nós. Esse não é um assunto partidário, mas atinge a imagem do próprio país. Eu acredito que os americanos não são tão rigorosos como estão sendo em relação ao Brasil.

Indagado sobre a pertinência de um processo contra o jornal, Sarney disse que essa é uma questão para os juristas, observando que não examinou a lei

americana.

– Agora, eu acho que essa reação de natureza moral do Brasil é importante, essa é a reação que cabe a todos nós fazer, e nós estamos fazendo.

Um jornalista também perguntou se haveria alguma manifestação oficial do Legislativo em repúdio à reportagem. O presidente do Senado respondeu ter ouvido da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que, na forma regimental, ela está apresentando um voto de protesto, que será apreciado pelo Plenário da Casa.

Ideli quer voto de censura ao jornal

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), anunciou que vai propor ao Senado um voto de censura ao jornal *The New York Times* por ter publicado reportagem na qual afirma que os brasileiros estão se perguntando se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria se excedendo em bebidas alcoólicas.

Para Ideli, a reportagem "é torpe e inverídica" e atinge a figura do presidente brasileiro

num momento em que autoridades do país negociam interesses internacionais importantes, como a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e um acordo de comércio com a União Européia.

– Não foi uma simples afronta ao cidadão Luiz Inácio Lula da Silva. Foi uma afronta ao presidente da República de uma nação que começa a inco-

modar no cenário internacional. Não podemos permitir que os representantes do Brasil sejam achincalhados nas negociações internacionais.

Em apartes, ela recebeu apoio de Roberto Saturnino (PT-RJ), Tião Viana (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PT-DF). Viana sugeriu que o requerimento de censura seja assinado pelos 81 senadores.

Virgílio aponta ofensa à dignidade do Brasil

"Uma grosseria. Um artigo ofensivo à dignidade do país e à do presidente da República. Merece a minha repulsa." Foi desta forma que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), classificou a matéria do *The New York Times*, sobre o consumo de bebida alcoólica pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Virgílio sugeriu que o Congresso se levante de forma unân-



Arthur Virgílio pede a condenação unânime pelo Congresso

nime para condenar a atitude do diário e do jornalista Larry Rohter, autor da reportagem. O senador considerou excessiva a reação do Palácio do Planalto, que "patrocinou um bate-boca" sobre o assunto. A seu ver, o embaixador em Washington deveria ser acionado para exigir uma retratação do jornal.

– Conheço Lula há muitos

anos e nunca vi nada que cheirasse a descontrole nesse campo de comportamento. Em sua passagem pelo sindicato, ele acertou e errou muito. Ocorreu o mesmo como deputado e na sua marcante vida pública. Mas em nenhum momento se pode dizer que alguma derrota tenha sido causada pelo excesso etílico – afirmou ele. Também reagiram à reportagem, em apartes, Pedro Simon (PMDB-RS), Tião Viana, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Roberto Saturnino, Cristovam Buarque e Edison Lobão (PFL-MA).

Viana elogia artigo de *Veja* sobre o governo

O senador Tião Viana (PT-AC) solicitou ontem a inclusão, nos Anais do Senado, do editorial da revista *Veja* intitulado "Herança bendita", que elogia a defesa, por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da política econômi-

ca da austeridade fiscal. "Todos devemos refletir sobre este editorial", afirmou o parlamentar.

Tião Viana qualificou o texto como "matéria memorável" e destacou o nível de respeito e de valorização dos fundamentos da economia defendidos

pelo governo. O senador leu a íntegra do editorial.

"Lula definiu com clareza seus objetivos como presidente e, com igual precisão, os caminhos para chegar até eles. Os objetivos são os da prosperidade e da paz social", diz o artigo.



RESPONSABILIDADE Mão Santa culpa Palocci e Meirelles pelo desemprego e miséria no país

Mão Santa critica política econômica

Em discurso no Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar a atuação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Para endossar suas palavras, citou comentários recentes dos economistas Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, que apoiaram a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, sobre os rumos da economia brasileira na gestão petista.

A avaliação feita pelos dois economistas levou Mão Santa a concluir que "a política econômica do governo Lula está completamente equivocada e afundando o Brasil na recessão".

– Palocci e Meirelles são responsáveis pelo desemprego, pela miséria e pela queda de Lula – declarou, criticando o fato de, em 2003, o país ter gasto R\$ 145,2 bilhões (8% do PIB) com o pagamento de juros da dívida pública.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou "exagerada" a reação do governo e do Senado ao artigo do jornal *The New York Times* com críticas ao presidente Lula. Já Cristovam Buarque (PT-DF) destacou a "competência e responsabilidade" do ministro da Fazenda.



ANÁLISE Tião Viana diz que editorial elogia defesa que Lula faz da política econômica

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Geraldo Mesquita Júnior e Marcelo Crivella